

Um novo ciclo de

O Brasil quer expandir a capacidade instalada da produção de aço dos atuais 34 milhões de toneladas para, pelo menos, 74 milhões até 2010. De acordo com o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa, da ampliação do parque, 24 milhões de toneladas viriam de investimentos a serem feitos pela mineradora Vale do Rio Doce que, embora minoritariamente, se transformaria no principal *player* do mercado nacional.

A mineradora tem três projetos desenhados para o Maranhão. Um da BV Steel, em parceria com a chinesa Baosteel e a francesa Arcelor (maior grupo siderúrgico do mundo), outro com a sul-coreana Posco (segunda siderúrgica em nível internacional) e um terceiro que, especula-se no mercado, é um grupo alemão.

Os outros 10 milhões que aumentarão a capacidade instalada do parque nacional serão oriundos dos antigos produtores brasileiros, que estão investindo no crescimento da produção e se reestruturando, como forma de fazer frente aos gigantes mundiais que hoje têm poder de fogo para manipular o mercado como melhor lhes convier.

Independentemente da construção de novas usinas, fusões, associações ou incorporações que venham a acontecer, já é fato consumado que o parque siderúrgico brasileiro está se preparando para alcançar escala de competição mundial.

A vocação brasileira para a atividade parece incontestável. Nosso minério de ferro é farto e de boa qualidade. As usinas são bem localizadas, estão equipadas com tecnologia de última geração, fabricam produtos aceitos no mercado internacional e, além disso, corrigiram as agressões ambientais.

Colocando à parte os problemas de infra-estrutura que hoje emperram as exportações brasileiras como um todo, o fato é que o país parece bem próximo de se firmar como um *player* mundial na siderurgia.

O andar da carruagem — Os investimentos siderúrgicos já definidos dividem-se em dois grupos. Em um deles, encontram-se os projetos de expansão das usinas já instaladas no país, com investimentos da ordem de US$ 7,4 bilhões. No outro, estão os projetos de novas usinas de produção de placas, a serem construídas principalmente no Nordeste que, numa primeira fase, devem absorver recursos de US$ 3 bilhões. Juntos, representarão uma injeção de recursos na siderurgia brasileira da ordem de US$ 10,4 bilhões até o final da década, segundo levantamentos do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS). Com a construção do pólo siderúrgico do Maranhão, mais US$ 8,4 bilhões serão agregados a esses investimentos para conclusão das novas usinas.

Para o chefe de Departamento de Indústrias de Base do BNDES, Luiz Antonio Baptista, esse acréscimo na capacidade instalada, nos próximos dez anos, é factível diante das perspectivas (de mercado) e vai deixar o país na liderança no setor siderúrgico.



Charles O'Rear/CORBIS/Stock Photos

Isabel Pacheco e Cláudia Lobo
do Rio

investimentos

De fato, se forem confirmadas essas projeções, o Brasil irá disparar na liderança entre os produtores siderúrgicos da América Latina (bem abaixo vêm México, Argentina e Venezuela). No ranking mundial, existem novas plantas, ainda não precisamente dimensionadas, para serem inauguradas nos próximos anos, especialmente nos países asiáticos. Mas, considerando-se os volumes hoje produzidos, o Brasil deverá evoluir da nona posição que ocupa, podendo vir a disputar com a Alemanha o sexto posto entre os principais produtores.

Um longo caminho — A partir de 1994, quando foi encerrado o processo de privatização das siderúrgicas brasileiras, os grupos privados fizeram investimentos que visavam, principalmente, modernizar e promover a atualização tecnológica das usinas. Defasada no tempo, a siderurgia brasileira era deficitária e apresentava produtividade baixíssima em relação aos padrões internacionais. Por conta dessa falta de investimentos, as usinas eram apontadas como importantes vilãs da poluição ambiental.

Ao longo de dez anos, até 2003, o programa de investimentos do parque siderúrgico absorveu o equivalente a US$ 13 bilhões. Os recursos consolidaram o fornecimento ao mercado interno e ajudaram a preservar uma posição forte entre os principais setores exportadores brasileiros. Somente na laminação foram investidos US$ 4,1 bilhões — quase 30% do total —, como forma de alavancar a produção.

Com o ciclo de investimentos pós-privatização prestes a se esgotar, as usinas começaram a operar cada vez mais próximas do limite da capacidade instalada. Essa margem começou a representar um risco, uma vez que os sinais de mercado, tanto no âmbito interno como internacional, apontavam para um novo ciclo de crescimento da demanda — o que, de fato, vem ocorrendo desde o segundo semestre do ano passado. Mesmo tendo alcançado um dos melhores níveis de produtividade em comparação com outros países, o Brasil vai precisar, portanto, aumentar sua produção siderúrgica para manter escala.

Em abril deste ano, o IBS consolidou um levantamento junto às siderúrgicas associadas e concluiu que, de 2004 a 2008, os projetos de expansão da capacidade instalada irão absorver recursos equivalentes a US$ 7,4 bilhões. Ao final do período, o atual parque irá acrescentar 5,2 milhões de toneladas anuais de aço bruto à produção anual brasileira, alcançando 49,1 milhões de toneladas/ano.

Classificados em "atuais" (com obras em andamento), "viáveis" (em fase de desenvolvimento da engenharia básica) e "futuros" (da idéia inicial ao desenvolvimento da engenharia conceitual), os investimentos do setor se intensificarão entre 2005 e 2007. Dos US$ 7,4 bilhões previstos, aproximadamente 50% virão de recursos próprios das empresas; a metade restante dos recursos será proveniente de financiamentos em moeda nacional e estrangeira.

Novas plantas no Nordeste

Entre os projetos siderúrgicos em gestação, as novas usinas previstas para estados do Nordeste deverão impactar o mercado. O pólo siderúrgico do Maranhão, que começará a ser implantado em abril de 2005, terá investimentos da Companhia Vale do Rio Doce com grupos internacionais. O BNDES deverá financiar 33% dos projetos, tornando-se sócio minoritário, sob a condição de que os sócios majoritários sejam empresas de capital nacional. Os recursos previstos para viabilizar os projetos somam, numa primeira fase, US$ 3 bilhões, e a capacidade instalada dessas plantas chegará a 5,2 milhões de toneladas/ano de placas, na primeira fase. A produção será voltada para a exportação. Quando concluído, o projeto terá uma capacidade de produção de 24 milhões de toneladas e consumirá investimentos totais de US$ 11,4 bilhões.

O que leva tanta gente a ter pensamento tão arrojado para o setor siderúrgico? A explicação, segundo o economista, está na expansão econômica da Europa e dos Estados Unidos, nos sinais de crescimento no Japão, na continuação do ritmo de aceleração da economia chinesa e na previsão do crescimento interno da economia nacional.

O que chama atenção no novo cenário são as perspectivas de condução do processo de ampliação do parque siderúrgico nacional misturarem antigos e novos atores. Entre os novos, os de mais forte atuação são: BNDES, Vale do Rio Doce e Arcelor. Cada um com seu objetivo.

A Vale quer garantir mercado para o minério de ferro produzido pela empresa. Motivos para isso ela tem: a empresa já informou que ampliará a produção de minério em mais 100 milhões de toneladas/ano, passando dos atuais 186 milhões para 290 milhões de toneladas/ano em 2007 e também estuda a possibilidade de ampliar a produção em mais 200 milhões de toneladas, caso todos os projetos siderúrgicos que analisa entrem em operação.

A ampliação da extração para 290 milhões de toneladas será o segundo aumento de produção dos últimos seis anos e consumirá investimentos de cerca de US$ 1 bilhão nos sistemas Norte (Carajás, PA) e Sul (MG). A primeira etapa aumentou de 56 milhões de toneladas/ano para 70 milhões a capacidade de produção de Carajás.

Ao BNDES interessa fomentar a linha desenvolvimentista do governo federal, detendo, inclusive, participação acionária nas empresas de setores considerados estratégicos pelo banco, além de já ter garantido financiamento aos novos empreendimentos. Finalmente, à Arcelor convém procurar um local com baixo custo de produção para realocar parte dos oito milhões de toneladas/ano que a empresa terá de retirar da Europa, por conta da assinatura do Protocolo de Kioto (ver matéria Arcelor quer crescer no Brasil).

Para garantir tanto interesse, o Brasil tem a oferecer o custo competitivo de produção, concorrendo com Rússia, Austrália e Índia. Estudo do consultor Claudio Frischtak, especialista no setor siderúrgico, aponta o Brasil como o país de menor custo na produção de placas de aço. Em segundo lugar, aparece a Ucrânia e, em terceiro, a Austrália. A Índia, outro concorrente direto, aparece em sétimo lugar. No segmento de bobinas a frio como um todo, o Brasil também oferece vantagens ante os concorrentes. Em compensação, o custo de capital no país é dos mais elevados do mundo.

Dentre os projetos que farão parte do pólo siderúrgico do Maranhão, está o da CVRD em parceria com a chinesa Baosteel e a francesa Arcelor. Terá investimentos, na primeira fase, de US$ 1,5 bilhão e produção de 3,75 milhões de toneladas de placas de aço. Na segunda fase, a capacidade de produção será duplicada. O segundo projeto é em parceria com a Posco, segunda maior siderúrgica do mundo.

O terceiro projeto do Maranhão

Custo de produção de placas*
(Diversos países, 2001, em US$)

Brasil	152
Ucrânia	155
Austrália	173
Venezuela	176
Rússia, México	184
África do Sul	191
Índia	206
EUA (mini-mill)	209
EUA	241

Fonte: *World Steel Dynamics* (WSD) **Ex-overhead* e custos financeiros .

ainda não tem local definido, mas o sócio é uma empresa alemã, segundo comenta-se no mercado. Esses três teriam capacidade máxima de produção de 24 milhões de toneladas, conforme foi anunciado pelo vice-presidente do BNDES, Darc Costa.

A Vale estuda ainda a implantação da Usina Siderúrgica do Ceará (USC), que prevê a produção de 1,5 milhão de toneladas. Depois de ficar um tempo em compasso de espera, acredita-se que, nos próximos meses, surja uma definição, com aval do BNDES. Também a Petrobras acompanha de perto o projeto, garantindo o suprimento de gás natural para abastecer a usina. As sócias do empreendimento são a CVRD, a produtora italiana de peças para indústria de base Danieli Steel e a siderúrgica sul-coreana Dongkuk.

Ainda mais embrionário, mas não menos ambicioso, figura na relação de investimentos viáveis mais uma usina da CVRD que poderia ser instalada no Rio de Janeiro, na área do Porto de Sepetiba.

E a Vale, sempre ela, ainda analisa colocar uma usina de redução em Mato Grosso do Sul. O governador do estado, Zeca do PT, esteve no Rio negociando a posição com o presidente da empresa, Roger Agnelli, em julho passado, e conseguiu a promessa de que o investimento será avaliado. O projeto será viabilizado com o gás importado da Bolívia pela Petrobras. O combustível chegará pelo Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), cujo portão de entrada é Mato Grosso do Sul. Caso todos os projetos saiam do papel, a Vale ampliaria a capacidade instalada em 30 milhões de toneladas/ano.

Projetos em andamento

Entre os projetos de expansão do parque instalado, aparece com destaque o grupo Gerdau, cuja produção vai crescer em 2,2 milhões de toneladas/ano. O aporte da Gerdau será de US$ 1 bilhão até 2006, e a capacidade de produção passará dos atuais 12,3 milhões de toneladas/ano para 14,5 milhões.

A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no Espírito Santo, está em fase de construção do terceiro alto-forno, que ampliará a produção dos 5 milhões de toneladas/ano para 7,5 milhões em 2006. A fábrica de longos de Piracicaba (SP) da Belgo Mineira será ampliada em 500 mil toneladas, para operar em 2006. Já a Siderúrgica Barra Mansa (RJ), que aposta no crescimento da construção civil, acrescentará, ainda em 2004, 500 mil toneladas à sua fábrica de aços longos, passando para um total de 1 milhão de toneladas em 2007. Os quatro projetos somam 4 milhões de toneladas, sendo 62,5% do total produzido em aços planos. Ainda sob a batuta dos atuais grupos siderúrgicos, estão projetos também ambiciosos, que poderão fazer o país alcançar a produção de cerca de 60 milhões de toneladas/ano de aço bruto, em dez anos. O volume, na avaliação do BNDES e do economista Cláudio Frschitak, colocaria o Brasil entre os líderes do setor siderúrgico mundial. Entre os projetos ainda em fase de estudos, estão: a construção do terceiro alto-forno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com capacidade de 2 milhões de toneladas, e a implantação de uma nova usina em Itaguaí (RJ), de 4 milhões de toneladas de placas; a expansão da Cosipa em 2 milhões de toneladas; a construção da fábrica da Gerdau, em São Paulo, com capacidade de 1 milhão de toneladas, e a duplicação de sua controlada Gerdau Açominas, com mais 3,5 milhões de toneladas.

Vantagens relativas do Brasil em siderurgia (em US$/t, 2001)

	Europa	EUA (integrada)	EUA (mini-mill)
Placas[1]	187-143 = 44	241-143 = 98	209-143 = 66
Bobinas a quente[2]	71-49 = 22	81-49 = 32	50-49 = 1
Bobinas a frio[3]	n.d.	86-77 = 9	50-77 = -27

[1]Custo de produção de placas no Brasil: US$ 143 em redução, aciaria e lingotamento. [2]Custo marginal de produção de BQ no Brasil: US$ 49/t, em laminação a quente, e "pickling and oiling". [3]Custo marginal de produção de BF no Brasil: US$ 77/t em laminação a frio.

Composição do custo de produção – bobinas a frio (em US$/t, 2001)

	Brasil	Coréia do Sul	Japão	França	Alemanha	EUA
Minério de ferro	40	59	56	61	62	55
Carvão	37	28	27	27	26	27
Outros materiais	135	134	150	142	148	172
Mão-de-obra	57	62	142	132	136	154
Custo de capital	67	42	60	44	40	39
Total	336	325	435	406	412	447

Fonte: WSD, *Steel Strategist*, nº 27, julho de 2001.

Participação do Brasil na produção de aço bruto no mundo (1994, 2000-03, em KT e %)

	1994	2000	2001	2002	2003
Produção Brasil	25.747	27.865	26.718	29.604	31.105
Produção mundo	725.107	847.396	849.617	885.766	945.140
Participação do Brasil	3,55	3,29	3,14	3,34	3,29

Fonte: IISI.

Arcelor quer crescer no Brasil

Junto com o BNDES e a Vale do Rio Doce, a multinacional Arcelor é hoje uma das principais peças do quebra-cabeça dos investimentos futuros no setor siderúrgico brasileiro. Isso porque, além de estar nos planos da poderosa empresa de Luxemburgo a construção de uma usina de placas no Maranhão, com capacidade de produção de 3,75 milhões de toneladas apenas na primeira fase, a companhia poderá transferir da Europa para o Brasil parte da sua produção de 8 milhões de toneladas/ano de aço. Apenas na construção da usina maranhense, o investimento previsto é de US$ 1,5 bilhão.

Segundo o presidente internacional da Arcelor, Guy Dollé, para que a idéia se concretize, basta determinar o melhor momento de reforçar a presença da Arcelor no Brasil. Desde o início deste ano, com a aquisição das ações da Vale do Rio Doce na CST, a maior siderúrgica do mundo já é um dos principais *players* do Brasil, possuindo participação acionária na Acesita (28%), Belgo-Mineira (54%), CST (38%) e na laminadora Vega do Sul (69%).

A possibilidade de transferência de parcela do parque produtivo para o Brasil deve-se a dois fatores principais. O primeiro é a exigência feita no Protocolo de Kioto, que tem os países membros da União Européia (UE) como signatários. Segundo o acordo, os países europeus devem fechar unidades produtivas por não terem créditos para desenvolver atividades poluentes. Em contrapartida, o Brasil, com créditos a receber pelo mesmo cálculo do Protocolo, poderia arcar com essa parte da produção. Ainda segundo essas contas, a Arcelor precisa fechar 4 das suas 17 usinas européias de linha a quente.

O segundo ponto a favor do Brasil é o custo competitivo de produção, que deixa o país em condições de disputar investimentos com Índia, China e Austrália, de igual para igual. Estes países também têm baixo custo de produção.

"Há ainda um ponto importante para o Brasil nessa disputa, que é a vocação atual dos países em desenvolvimento para absorverem as plantas de produtos básicos", acrescentou o vice-presidente executivo do IBS, Marco Pólo de Mello Lopes.

De acordo com fontes do mercado, antes de vir a se instalar definitivamente no Brasil, a Arcelor tentará se entender com o BNDES e seu presidente, Carlos Lessa. Outro passo que a Arcelor deve dar para consolidar sua posição no Brasil é comprar pelo menos parte da participação dos fundos de pensão na Acesita. O grupo de Luxemburgo é, hoje, o maior acionista da empresa, com 28% do capital total. Já os três fundos de pensão, juntos, detêm 20,7%. Desse total, a Previ (fundo de previdência do Banco do Brasil) é a líder, com 13,3% das ações, seguida da Sistel (4%) e Petros (2,6%).

A siderúrgica já tem contrato de compra e venda assinado com a Previ para adquirir as ações ordinárias do fundo na Acesita. A data-limite para formalização do acordo é maio de 2005.

Acerto de contas

O cenário ainda não está completamente definido. Vale do Rio Doce, Arcelor e BNDES andaram às turras no início do ano, quando a empresa de Luxemburgo começou a efetivar a compra da participação da Vale na CST. Lessa reclamou que uma empresa de setor estratégico não poderia ficar nas mãos de uma multinacional, além de achar que a Arcelor poderia utilizar a planta no Brasil como exportadora de produtos para a matriz, com preços abaixo do custo.

Um mês após a Arcelor ter fechado a compra da participação da Vale na siderúrgica do Espírito Santo, no entanto, o BNDES anunciou que poderia vir a ser sócio da maior siderúrgica do mundo na *holding* a ser criada com os ativos do Brasil. Lessa informou que a siderúrgica concordou com as exigências feitas pelo banco para continuar investindo no Brasil. Mas não disse que exigências seriam essas. Garantiu também ter em seu poder uma carta do presidente da Arcelor, assegurando que cumprirá as exigências feitas pelo banco.

A Arcelor, por sua vez, informou através de nota que suas relações "com o BNDES são as melhores possíveis e convergem para uma concordância básica: o Brasil está destinado a ser um dos grandes *players* do mercado siderúrgico globalizado. A Arcelor e o BNDES querem contribuir para isso, conforme têm manifestado o presidente mundial da Arcelor, Guy Dollé, e o presidente do BNDES, Carlos Lessa".

O interesse do BNDES é ter participação acionária em empresas que permitam ao banco ter poder de decisão. Hoje, na siderurgia nacional, o BNDES trabalha mais como financiador do que como sócio. Além disso, o banco acredita que, como sócio, induzirá outros grupos nacionais a participar do capital das empresas siderúrgicas.

Logo após o episódio, a maior siderúrgica do mundo optou pelo silêncio, mas parece ter trabalhado nos bastidores para aplacar a ira de tão poderoso combatente — o único banco no país com capacidade de financiar empréstimos vultosos, como a construção do pólo siderúrgico do Maranhão.

Os planos de expansão



Com mais de 50 anos no setor, o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, diz nunca ter visto nada igual à atual demanda por produtos siderúrgicos. "A China, nos últimos dois a três anos, tem aumentado o consumo em 30 milhões de toneladas/ano. Ou seja, é quase como se o país consumisse a produção anual de aço do Brasil", comparou o executivo.

No entanto, se a estatística de consumo lhe salta aos olhos e abre perspectiva de mais mercado, a experiência não o deixa esquecer que, além do Brasil, outros *players* irão aumentar a produção para alimentar esse consumo. "A Ásia tende a continuar crescendo, e os grandes grupos siderúrgicos investem para atender a essa demanda", avaliou ele, acrescentando que, no cenário mundial, Europa e Estados Unidos são os blocos que devem ter a produção em queda e, conseqüentemente, são mercados potenciais a serem mais disputados pelos produtores brasileiros de aço.

A diminuição no ritmo da produção americana e européia deve-se, no caso dos Estados Unidos, aos custos elevados da produção local. Já a Europa, por ter aderido ao Protocolo de Kioto, precisa reduzir a carga de poluição.

"Mas entre expansão, protecionismos e ação, vai uma grande distância", observou Jorge Gerdau. Ele acredita que os governos europeus e americano vão continuar com as práticas protecionistas em relação aos fabricantes de produtos com maior valor agregado. Por isso, "às companhias brasileiras caberá continuar disputando o mercado de produtos básicos", acrescentou.

Para vencer essa barreira, a Gerdau já comprou sete usinas nos Estados Unidos e três no Canadá. Em 2003, a empresa produziu 5 milhões de toneladas de aço na América do Norte. Além disso, no mês de setembro o grupo comprou outras quatro usinas nos Estados Unidos, mas o processo de aquisição ainda está em análise pelos órgãos americanos.

Sobre a expectativa do BNDES de reestruturar todo o setor, criando grandes *holdings* e fundindo empresas, Gerdau está cético. "Os produtos estão com preços valorizados. Num cenário como este, em que as empresas estão ganhando dinheiro, é pouco provável haver fusões", explicou.

O presidente da Cosipa (empresa do grupo Usiminas), Omar Silva Junior, concorda com Gerdau e diz que o objetivo do banco de fomento deve

Porto de Sepetiba pode ganhar projetos

O presidente do BNDES, Carlos Lessa, lançou ainda mais expectativa no mercado ao afirmar que dois grupos empresariais têm projetos siderúrgicos, cada um da ordem de US$ 1 bilhão, para serem instalados junto ao Porto de Sepetiba.

Os nomes dos grupos investidores não foram revelados. Mas, segundo o mercado, a Vale seria, novamente, sócia num dos empreendimentos. O outro projeto seria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "Nos próximos meses, deveremos ter uma definição do cenário", desconversou o chefe de Departamento de Indústrias de Base do BNDES, Luiz Antonio Baptista.

As opiniões sobre a velocidade dos projetos, no entanto, não são consenso no setor. Há fontes que preferem não se identificar, alegando que o projeto do Ceará é difícil de sair. Isso porque a planta de redução seria fomentada com gás do Rio Grande do Norte, para produzir pelotas no Maranhão. "É uma logística complicada", avaliou a fonte.

levar tempo até se concretizar. "Não podemos esquecer que a indústria siderúrgica está entre dois blocos de grandes concentrações. De um lado, os fornecedores de matérias-primas (minério de ferro) e, de outro, os grandes transformadores (indústria automobilística e de equipamentos). Assim, é natural que o setor forme instrumentos de proteção como, por exemplo, o agrupamento em grandes conglomerados. Assim, também é natural que o governo esteja preocupado com a questão", opinou, acrescentando que o cenário atual de demanda excessiva não será eterno.

Pensando no ciclo que está por vir, de menor procura por aço no mundo, o executivo não acredita que sejam construídas tantas usinas como as que estão em projeto. "No Nordeste, deverá ser construída uma unidade. Mas, no resto, ainda é preciso esperar. O tempo de maturação de uma usina siderúrgica, isto é, o tempo entre o estudo e o início de construção, é de 30 a 36 meses. Não é como andam falando por aí", disse.

O presidente da Cosipa reforçou que as novas plantas, pelo menos os projetos já anunciados para o Nordeste, serão voltadas para exportação — são unidades produtoras de placas, o produto mais básico na cadeia do aço. "O que acontecerá com o mercado interno se o PIB continuar crescendo na proporção que se prevê? A demanda por produtos siderúrgicos costuma ser o dobro do PIB — e, este ano, o crescimento do PIB nacional deverá ficar entre 3% e 4%", questionou.

Na opinião do diretor comercial da CST, Benjamin Mario Baptista, no entanto, o possível aumento da demanda interna por produtos acabados não precisa da construção de novas plantas, podendo ser suprido com a otimização das siderúrgicas já existentes.

"A CST, por exemplo, em 2002 passou parte da sua produção de placas para laminados a quente, iniciando, assim, um novo ciclo nas suas operações, que foi a venda para o mercado brasileiro (na época a empresa exportava toda a produção)", disse.

Ainda segundo ele, outras empresas fabricantes de produtos acabados e instaladas no parque brasileiro podem otimizar sua capacidade e produzir mais itens desse gênero. Ele citou, como exemplo, a Vega do Sul (SC), empresa que, assim como a CST, pertence ao grupo Arcelor. "Depende exclusivamente da demanda do mercado", acrescentou.

A CST está ampliando a capacidade de produção dos atuais 5 milhões de toneladas/ano para 7,5 milhões. Com isso, recomporá a exportação de placas para níveis até maiores do que o de 2002. O investimento no projeto é de US$ 700 milhões e ficará pronto em 2006. Como complementação à expansão da produção, a CST também está instalando um novo convertedor na aciaria e construindo uma termelétrica ao custo de US$ 400 milhões.

Polêmica à parte, Jorge Gerdau, Omar da Silva Jr. e Marco Polo, todos da diretoria do IBS, afirmaram não haver hipótese de as siderúrgicas nacionais deixarem o mercado interno desabastecido, apesar de o mercado internacional oferecer preços bem mais elevados.

Marco Pólo lembrou que 55% de toda a produção de aço nacional são vendidos internamente, enquanto 45% são levados para o exterior. "Essa posição pode ser modificada, dependendo do comportamento da demanda interna", afirmou. Ele garantiu, também, que os preços praticados no mercado interno estão competitivos em relação aos valores internacionais. "Em caso contrário, os compradores do setor automobilístico, por exemplo, poderiam trazer aço com tarifa zero, pelo mecanismo do d*raw-back*", citou.

O questionamento deve-se à recente queixa de alguns setores da indústria, entre eles o de automóveis, de que não haveria aço para produzir carros no país.

Tanto Marco Polo quanto Gerdau afirmaram que o crescimento da demanda interna foi inesperado, uma vez que não havia contratos de longo prazo firmados, garantindo o consumo da produção pelo mercado interno.

CSN vai entrar na mineração

Enquanto a mineradora Vale do Rio Doce investe forte no setor siderúrgico, a tradicional CSN vai triplicar a produção de minério de ferro da sua mina Casa de Pedra, localizada em Congonhas do Campo (MG). O projeto prevê o aumento da extração de minério, considerado o mais puro do mundo, de 14 milhões de toneladas para 40 milhões de toneladas/ano.

Segundo a empresa, a expansão sustentaria a construção de uma nova planta de pelotização, cujo investimento está orçado em US$ 203 milhões. A siderúrgica também investirá na otimização do Terminal de Carvão do Porto de Sepetiba (Tecar), de sua propriedade, que passaria a exportar até 30 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. Os três ciclos de investimentos totalizam US$ 782 milhões.

O projeto será desenvolvido em duas etapas. Na primeira, a ser concluída em 2005, a capacidade da mina passará para 21 milhões de toneladas/ano, e a do porto para 8 milhões. A segunda etapa, quando se pretende atingir a capacidade de 40 milhões de toneladas/ano da mina e de 30 milhões de toneladas/ano do Porto de Sepetiba, deverá ser concluída até o segundo semestre de 2006. O projeto, entretanto, ainda não foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa.